



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA (UASG 926334)

PREGÃO ELETRÔNICO

Edital de Licitação nº 09/2024-FHB

SRP - PE Nº 90009/2024

Processo Nº 00063-00003401/2023-18

OBJETO		VALOR TOTAL ESTIMADO	RECURSO ORÇAMENTÁRIO	
Registro de Preço de Materiais Médico-Hospitalares e Laboratoriais, visando atender às demandas das áreas técnicas da Fundação Hemocentro de Brasília.		R\$ 206.603,90 (duzentos e seis mil seiscentos e três reais e noventa centavos)	PROGRAMA DE TRABALHO: 10.303.6202.4009.0001 – AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR NATUREZA DE DESPESA: 33.90.30 – Material de Consumo FONTE DE RECURSOS: 138 (Recursos do SUS)	
REGISTRO DE PREÇOS	MODO DE DISPUTA	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VARIÇÃO MÍNIMA DE LANCE	
Sim	Aberto	Menor Preço	0,35%	
LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	COTA PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS?	EXIGE AMOSTRA?	EXIGE GARANTIA?	
Sim para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9	Sim para o item 11	Sim	Não	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO	RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	ABERTURA DAS PROPOSTAS	INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	
Até 23:59 horas do dia 08/03/2024 pelo endereço licitacao@fhb.df.gov.br	Até às 09:59 horas do dia 14/03/2024 pelo www.gov.br/compras	Às 10:00 horas do dia 14/03/2024	Às 10:00 horas do dia 14/03/2024	

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA**, por meio da Diretoria de Compras, sediada com sede no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Decreto Distrital nº 44.330 de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.hemocentro.df.gov.br e no endereço eletrônico www.gov.br/compras, ou podendo igualmente ser obtidos diretamente na

Diretoria de Compras da Fundação Hemocentro de Brasília, Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mediante requerimento da Licitante interessada ao chefe do setor de compras, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer pen-drive, cartão de memória ou SSD.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preço de Materiais Médico-Hospitalares e Laboratoriais, visando atender às demandas das áreas técnicas da Fundação Hemocentro de Brasília, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	LICITAÇÃO EXCLUSIVA AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico. O material deverá apresentar registro na ANVISA.	399980	unidade	9.200
2	LICITAÇÃO EXCLUSIVA CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização. O material deverá apresentar registro na ANVISA	437178	Unidade	4.200
3	LICITAÇÃO EXCLUSIVA CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em	441271	Unidade	8.800

	embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterelização. O material deverá apresentar registro na ANVISA.			
4	LICITAÇÃO EXCLUSIVA JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m ² , com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M. O material deverá apresentar registro na ANVISA.	342909	Unidade	3.200
5	LICITAÇÃO EXCLUSIVA EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro. O material deverá apresentar registro na ANVISA. Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote	610181	Unidade	4.610
6	LICITAÇÃO EXCLUSIVA TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m ² , hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde. O material deverá apresentar registro na ANVISA.	428620	Unidade	12.400
7	LICITAÇÃO EXCLUSIVA SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m ² , com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.	464147	Unidade	3.900
8	LICITAÇÃO EXCLUSIVA AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.	439804	Unidade	3.600

	O material deverá apresentar registro na ANVISA.			
9	LICITAÇÃO EXCLUSIVA AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno. O material deverá apresentar registro na ANVISA.	439799	Unidade	1.600
10	AMPLA CONCORRÊNCIA ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes. Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade. Unidade de fornecimento: unidade	362539	Unidade	5.400
11	Idem ao Item 10 – Cota reservada para ME/EPP em 25,00% ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes. Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade. Unidade de fornecimento: unidade	362539	Unidade	1.800

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1.1. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

2.1.2. Promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

2.1.3. Realizar o procedimento licitatório;

2.1.4. Gerenciar a ata de registro de preços;

2.1.5. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

2.1.6. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

2.1.7. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

2.1.8. Autorizar a solicitação de adesão às atas de registro de preços sob sua gestão.

2.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado. (Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.2.1. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens/executar serviços com preços iguais aos

do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei. (§ 5º Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.2.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item anterior, a SES-DF poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação. (§ 7º Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.3. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem o fornecimento com preços iguais aos do licitante vencedor, visando à formação de Cadastro Reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado nas hipóteses previstas nos incisos II, IV e V do art. 205 e no art. 212 do Decreto Distrital 44.330/2023. (§4º e Inciso I, §4º Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.3.1. Se houver mais de um licitante no Cadastro Reserva, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva do certame. (Inciso II, §4º Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.3.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. (Inciso III, §4º Art. 198 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme art. 198, § 1º, do [Decreto Distrital 44.330/2023](#).

2.4.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original. (Art. 199 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.4.2. Na hipótese de concessão de reajuste de preço, este será aplicado com database vinculada à data do orçamento estimado (§7º do art. 25 da Lei 14.133/21), pelo índice do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016 apurado durante o período ou aquele que vier a substituí-lo.

2.5. A assinatura da Ata se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, ou na impossibilidade deste, por outro meio a ser definido pela FHB.

2.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições. (Art. 200 [Decreto Distrital 44.330/2023](#))

2.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos de que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos. (Art. 201 do [Decreto Distrital 44.330/2023](#)).

2.9. Deverão ser observadas as demais condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Anexo IV deste EDITAL, especialmente no que se refere às hipóteses de cancelamento do registro e alteração dos preços registrados.

2.10. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

2.10.1. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item ou lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.10.2. As aquisições ou contratações adicionais em razão das adesões da ata de registro de preço não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

3.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do

débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

3.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

3.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

3.8. Para efeito do disposto no 3.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

3.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

3.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 3.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

3.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 3.8.1 e 3.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 3.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.9.1. O disposto no 3.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

3.10. Para o cumprimento do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Distrital 4.611/2011, a administração pública:

3.10.1. Deverá destinar exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos casos em que o valor estimado do(s) item(ns) seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante, de forma que os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9 estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.10.2. Poderá estabelecer nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível cota de até **25%** (vinte e cinco por cento) destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, no caso de item(ns) cujo o valor estimado seja superior R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), quando justificadamente estabelecida pela área técnica demandante; de forma que o item 11 esta reservado à cota, no percentual de até 25%, destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11. Durante a realização da sessão pública, caso a empresa classificada com o melhor preço para o subitem preferencial não esteja enquadrada como ME/EPP, proceder-se-á sua desclassificação e o chamamento da ME/EPP mais bem classificada e assim, sucessivamente, até a obtenção de uma proposta que atenda integralmente as exigências editalícias;

3.11.1. Caso o item de participação preferencial de ME/EPP reste deserto ou não haja microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será facultado ao licitante melhor colocado do item de ampla concorrência, a assumir o quantitativo da cota reservada;

3.11.2. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, em concordância com o §3º, do Art. 26 da Lei Distrital nº 4.611 de 2011.

3.12. Não poderão disputar esta licitação:

3.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.12.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.12.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.12.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.12.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.12.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.12.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.12.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.12.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12.10. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

3.12.11. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

3.12.12. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

3.12.13. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

3.12.14. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

3.12.15. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):

3.12.15.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão

ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou

3.12.15.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

3.12.16. A vedação de que trata o item 3.12.15. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.

3.12.17. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).

3.12.18. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.12.19. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

3.12.20. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

3.13. O impedimento de que trata o item 3.12.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.14. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.12.2 e 3.12.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.15. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.16. O disposto nos itens 3.12.2 e 3.12.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.18. A vedação de que trata o item 3.12.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.22.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário e total do item;
- 5.1.2. marca;
- 5.1.3. fabricante;
- 5.1.4. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,35% (trinta e cinco centésimos percentuais)*.
- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de, no mínimo, **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra (s), o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da (s) amostra(s), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra (s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra (s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á

com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

8.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

8.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

8.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

8.2.1. Regularidade fiscal e trabalhista:

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sistema eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei n.º 12.440 de 2011.

III - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

V - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VI - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VII - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

8.2.2. Qualificação econômico-financeira:

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para

cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;
- b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

- d) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

8.2.3. **Habilitação jurídica:**

- I - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:
 - a) Cédula de identidade;
 - b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
 - f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
 - g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei n.º 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

8.2.4. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

8.2.5. **Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:**

I - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo III do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato, a Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constante no Anexo IV do Edital (Portaria CGDF nº 356/2019).

8.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

8.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

8.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

8.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

8.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: *Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF ou licitacao@fhb.df.gov.br*.

8.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.9.1. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos, excepcionalizada a alínea "c" do subitem 8.2.4 do Edital.

8.9.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítaiis quando houver dúvida em relação à

integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

8.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.17.1.

8.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. qualquer licitante, durante o prazo apresentado na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, poderá manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, encaminhados em campo próprio do sistema, no prazo de três dias úteis.;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. O processo permanecerá disponível para vistas aos interessados, mediante cadastro no SEI-DF e solicitação encaminhada ao endereço eletrônico: <https://www.fhb.df.gov.br/>.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra (s);
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra (s) em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. apresentar amostra (s) falsificada ou deteriorada;
- 10.1.6.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 10.1.6.5. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: licitacao@fhh.df.gov.br e dcomp@fhh.df.gov.br
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 12.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento substitutivo equivalente na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 12.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 12.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 12.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 12.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 12.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inclusive quanto aos casos omissos;
- 12.3.2. O fornecimento da aquisição será imediato, se completado integralmente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da aceitação da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente;
- 12.3.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 12.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 12.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 12.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, improrrogável e não sujeito a repactuação e, regra geral, também descabendo reajustamento;
- 12.3.7. O reajustamento será promovido automaticamente, caso tenha decorrido prazo superior de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15/08/2023 (119732551), pela utilização do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;
- 12.3.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

12.3.9. A atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento corresponderá aos índices oficiais vigentes e somente terá cabimento após o regular processamento da liquidação da despesa.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. A Fundação Hemocentro de Brasília poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 13.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 13.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 13.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.19. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema Compras.gov.br e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**

13.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.hemocentro.df.gov.br.

13.21. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.21.1. ANEXO I - Termo de Referência 10 (132361377)

13.21.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar FHB-DF/PR/UNIGEA/DMAT (124602790)

13.21.2. ANEXO II – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade

13.21.3. ANEXO III - Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019

13.21.4. ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços (133085844)

13.22. Informamos que foi implantado na Fundação Hemocentro de Brasília (FHB) o Sistema Eletrônico de Informações SEI e que todos os Contratos/Atas de Registro de Preços deverão ser assinados eletronicamente. Assim sendo, faz-se necessário o cadastramento dos representantes da conveniada que irão assinar o Contrato/Ata de Registro de Preço referente ao processo. Segue abaixo orientações de como fazê-lo - Manual disponível em (http://www.portalsei.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-Cadastro-de-Usua%CC%81rio-Externo_31_mar_2020-revisado.pdf):

PASSO 1 (Fazer o cadastrar como usuário externo):

1 - Acesse o site Portal SEI (<http://portalsei.df.gov.br/>)

2 - Clique em Usuário Externo.

3 - Clique em Fundação Hemocentro de Brasília

4- Clique em "Clique aqui" se você ainda não está cadastrado<https://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=9> e faça seu cadastro.

PASSO 2: Solicitar a liberação do cadastro, que pode se dar por duas formas:

Após efetuar o cadastro, será necessário realizar o encaminhamento dos documentos comprobatórios (documento de identificação (com cópia ou digitalização) e a Declaração de Concordância e Veracidade). Este encaminhamento poderá ser:

– Entrega presencial no Núcleo de Protocolo da Fundação Hemocentro de Brasília, localizado no SMHN Quadra 03, conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, CEP: 70.710-908; **OU**

– Encaminhamento digital via [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#). O envio por Peticionamento Eletrônico requer cadastro na plataforma [gov.br](#). Segue abaixo recomendações:

1) Se você é cadastrado, então: (Para acessar o Peticionamento – Liberação de Usuário Externo, digitar o endereço: <http://www.portalsei.df.gov.br/>, clicar no botão USUÁRIO EXTERNO e clicar no link LIBERAÇÃO DE USUÁRIO EXTERNO. O

requerente será redirecionado para o sítio Sistema de Peticionamento Eletrônico).

2) Se você ainda não é cadastrado, o link de cadastro é <https://acesso.gov.br/acesso/#/primeiro-acesso>.

Uma vez cadastrado, acesse o [Sistema de Peticionamento Eletrônico](#) para encaminhar seus documentos comprobatórios. Após a conferência da documentação o seu acesso de usuário externo será liberado, sendo permitido ao usuário externo assinar eletronicamente os documentos criados e liberados por servidor do GDF.

Brasília-DF, 01 de março de 2024.

Elaborado por: **Evandro Luiz de Souza Oliveira - Matr.1.402.084-X**

Evandro Luiz de Souza Oliveira

Diretor (a) de Compras Substituto

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA 10 (132361377)

APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR FHB-DF/PR/UNIGEA/DMAT (124602790)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço: ...

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019.

Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Local, ____ de _____ de ____.

Representante Legal

Observações: Preencher, preferencialmente, em papel timbrado da empresa.

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (134218584)



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO LUIZ DE SOUZA OLIVEIRA - Matr.1402084-X, Diretor(a) de Compras substituto(a)**, em 01/03/2024, às 11:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=134766790)
verificador= **134766790** código CRC= **2C21D26A**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2915
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>



Governo do Distrito Federal
 Fundação Hemocentro de Brasília
 Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional
 Diretoria de Materiais

Termo de Referência - FHB-DF/PR/UNIGEA/DMAT

TERMO DE REFERÊNCIA
COMPRAS MATERIAIS DE CONSUMO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - (ARP)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "A", DA LEI Nº 14.133/2021)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preço de Materiais Médico-Hospitalares e Laboratoriais, visando atender às demandas das áreas técnicas da FHB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE
1	399980	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	9.200
2	437178	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	4.200
3	441271	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	8.800

4	342909	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m², com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	3.200
5	610181	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote</p>	Unidade	4.610
6	428620	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	12.400
7	464147	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m², com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.</p>	Unidade	3.900
8	439804	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	3.600
9	439799	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	1.600
10	362539	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes. Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	5.400
11	362539	<p>Idem ao Item 10 – Cota reservada para ME/EPP em 25,00%</p> <p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes. Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p>	Unidade	1.800

Unidade de fornecimento: unidade

- 1.2. Justificamos a adoção do Sistema de Registro de Preços em razão da celeridade processual inerente ao tipo de modalidade licitatória, igualmente, ratificamos que o Sistema enseja no melhor aproveitamento econômico dos recursos orçamentários disponíveis, haja vista, que aquisições de materiais, se darão de forma parceladas, de acordo com a necessidade de abastecimento da Fundação Hemocentro de Brasília, sem obrigações contínuas para a Administração Pública.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, sendo de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam. (Art. 20, da Lei nº 14.133/2021).
- 1.4. Considerando a natureza da contratação, a economicidade processual e que a garantia dos serviços não dependem do termo de contrato, sugere-se que a Nota de Empenho substitua o instrumento contratual.
- 1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos. (§1º, art. 198, do Decreto nº 44.330/2023).
- 1.6. O critério de julgamento será o menor preço unitário.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "B", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 2.1. A fundamentação, justificativa e descrição da necessidade da contratação, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência;
- 2.2. Os materiais solicitados para esta aquisição são necessários ao cumprimento da atividade-fim do Hemocentro no denominado ciclo do sangue e seus derivados, consoante determinado pela Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001. Tratam-se de insumos adquiridos regularmente na Fundação Hemocentro de Brasília e sua aquisição é fundamental para continuidade dos serviços prestados pela FHB ao sistema de saúde do Distrito Federal;
- 2.3. A falta dos bens (desabastecimento) poderão ocasionar a Paralisação das atividades-fim do Hemocentro no denominado ciclo do sangue e seus derivados e das atividades hemoterápicas e transfusionais na hemorrede pública do Distrito Federal;
- 2.4. A presente aquisição visa garantir o abastecimento de insumos essenciais às atividades-fim da Fundação Hemocentro de Brasília;
- 2.5. Caso a solicitação não seja contemplada ocorrerão riscos de contingenciamento de insumos, com possibilidade de realização de processo emergencial para aquisição dos insumos e/ou a utilização do Suprimento de Fundos para aquisição dos insumos;
- 2.6. A aquisição está regulamentada pelo DECRETO Nº 43.477, DE 24 DE JUNHO DE 2022 - Aprova o Regimento Interno da Fundação Hemocentro de Brasília (Art. 1. § 2º e Art. 33):

"TÍTULO I - DAS COMPETÊNCIAS LEGAIS E DA ESTRUTURA

CAPÍTULO I - DAS COMPETÊNCIAS LEGAIS

Art. 1. À Fundação Hemocentro de Brasília – FHB, Fundação Pública, com personalidade jurídica de direito público, de caráter científico-tecnológico, educacional e de prestação de serviços de saúde, no campo da hemoterapia, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, compete coordenar, normatizar e gerenciar o Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados – SSCH, como entidade gestora dessa política no Distrito Federal.

§ 2º Compete à Fundação Hemocentro de Brasília na qualidade de entidade gestora do Sistema de Sangue, Componentes e Hemoderivados:

VIII – realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na hemorrede pública do Distrito Federal"

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, 'C', E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I deste Termo de Referência.

Item	Especificação	Setores usuários	Consumo Médio Mensal Estimado (M)	Consumo Médio Anual (A)	Quantidade Anual a ser adquirida: (A + 20%A)	Amostras e Critérios para Emissão de Parecer Técnico
1	AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirrogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o	GSAT DIAMB GCOL GTRIC	634 unidades	7.608	9.200 unidades (*)	<p>Critérios de análise:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Compatibilidade das especificações do material com as descritas no termo de referência.; 2) O dispositivo de segurança deve recobrir agulha impedindo que a mesma fique exposta; 3) A válvula de segurança não deve permitir vazamento entre a troca de tubos de coleta; 4) O adaptador de plástico deve permitir uma conexão segura e sem vazamentos. <p>Amostra:</p> <p>10(dez) unidades de agulha + 10(dez) unidades de adaptador, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote.</p>

	<p>nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>					<p>Prazo para finalização da análise: 5(cinco) dias úteis</p>
2	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	GSAT GCOL	291 unidades	3.492	4.200 unidades (*)	<p>Crítérios de análise: Análise do corte do bisel; material da agulha e da cânula, flexibilidade da cânula, acionamento do dispositivo de segurança com apenas uma das mãos, sem esforço excessivo e sem permitir nova exposição da agulha, informações do material descritas na embalagem.</p> <p>Amostra: 10(dez) unidades, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote.</p> <p>Prazo para finalização da análise: 5(cinco) dias úteis</p>
3	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	GSAT GCOL	610 unidades	7.320	8.800 unidades (*)	<p>Crítérios de análise: Análise do corte do bisel; material da agulha e da cânula, flexibilidade da cânula, acionamento do dispositivo de segurança com apenas uma das mãos, sem esforço excessivo e sem permitir nova exposição da agulha, informações do material descritas na embalagem.</p> <p>Amostra: 10(dez) unidades, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote.</p> <p>Prazo para finalização da análise: 5(cinco) dias úteis</p>
4	<p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m2, com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com</p>	GSAT GQUALI CPC (GLABE) DIAMB DLAB	221,5 unidades	2.658	3.200 unidades (*)	<p>Apresentação de Prospecto/Folder/Ficha Técnica</p>

	<p>espessura mínima de 4 cm, tamanho M.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>DPDH DCQ GCOL GLABE GSUT GSN ODONTO</p>				
5	<p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>GSAT</p>	<p>320 unidades</p>	<p>3840</p>	<p>4.610 unidades (*)</p>	<p>Critérios de análise:</p> <p>Capacidade e flexibilidade da câmara graduada, material constituinte, presença de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, integridade, gotejador microgotas, perfuração da lanceta de conexão, controlador de fluxo operante, embalagem com dados impressos e de abertura suave. O material deve apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Amostra:</p> <p>12(doze) unidades, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote + certificado de análise do lote.</p> <p>Prazo para finalização da análise:</p> <p>10(dez) dias úteis</p>
6	<p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>GSAT CPC (GLABE) DIAMB DCQ (LCQI) GSUT NSHMT</p>	<p>858,33 unidades</p>	<p>10.299,96</p>	<p>12.400 unidades (*)</p>	<p>Apresentação de Prospecto/Folder/Ficha Técnica</p>
7	<p>SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m², com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>CPC (GLABE) DPDH DCQ (LCQI) GSUT</p>	<p>270 unidades</p>	<p>3.240</p>	<p>3.900 unidades (*)</p>	<p>Apresentação de Prospecto/Folder/Ficha Técnica</p>

8	<p>AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	DCQ DIAMB	250 unidades	3.000	3.600 unidades	<p>Critérios de análise:</p> <p>Critérios de conformidade para Embalagem Primária: As embalagens que acondicionam as agulhas descartáveis e estéreis de uso único devem preencher os seguintes requisitos: - Bom estado de conservação, sem deformações, rasgos, manchas, vestígios de umidade e corpos estranhos; - Identificação externa; - Número do lote ou data de fabricação, nome do fabricante e validade descritos de forma individualizada para cada embalagem.</p> <p>Critérios de conformidade para Agulhas hipodérmicas: Não devem conter partículas e matérias estranhas por meio de verificação visual;- Ausência de partículas e matérias estranhas no cone Luer do canhão; - Ausência de gotas de lubrificantes na superfície interna e externa da cânula por meio de inspeção visual normal; - Ausência de fiapos, rebarbas e deformações na ponta de agulha; - Comprimento, diâmetro interno e cor correspondente ao padrão especificado em referências normativas nacionais e internacionais aplicadas às agulhas hipodérmicas; - A conexão entre o canhão e a cânula não deve romper quando submetida a uma força definida na direção axial, comprimindo ou tracionando a agulha; - Não apresentar sinais de corrosão, através de verificação visual normal, após imersão em solução de cloreto de sódio 0,9% (salina) por no mínimo 24 Hs; - Não deve haver formação de bolhas de ar após a montagem cônica durante o ensaio de vazamento de ar.</p> <p>Amostra: 07(sete) unidades de agulhas, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote.</p> <p>Prazo para finalização da análise: 5(cinco) dias úteis</p>
9	<p>AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	CPC (GLABE) DIAMB GCOL	105 unidades	1.260	1.600 unidades (*)	Apresentação de Prospecto/Folder/Ficha Técnica
10 e 11	<p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy, para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.</p> <p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p> <p>Deve conter na parte externa da embalagem informações claras sobre seu armazenamento e se a etiqueta é sensível a luz visível (UV e infravermelho).</p>	DPDH	500 unidades	6.000	7.200 unidades	<p>Critérios de análise:</p> <p>Confecção em material especial que seja sensível à radiação gama de 25Gy.</p> <p>Informações quanto ao armazenamento e a sensibilidade à luz visível na parte externa da embalagem.</p> <p>As etiquetas serão testadas em procedimentos de irradiação no equipamento Gammacell 3000, específico para bolsas de sangue.</p> <p>Será observado a qualidade da adesividade da etiqueta para que a qualidade e a rastreabilidade sejam garantidas.</p> <p>Amostra:</p>

Unidade de fornecimento: unidade	6(seis) unidades, preferencialmente, todas unidades pertencentes ao mesmo lote.
	Prazo para finalização da análise: 5(cinco) dias úteis

(* Os quantitativos finais foram arredondados para melhor ajustamento das pretensas entregas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "D", DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. **Sustentabilidade:** A contratada deverá atender, durante a execução da Ata de Registro de Preços (ARP), aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.2. **Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.2.1. Não serão exigidas marcas ou modelos para os itens deste certame.

4.3. **Da exigência de amostra** (Art. 41, II, da Lei nº 14.133/2021):

4.3.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3.2. Serão exigidas amostras dos itens e quantitativos a seguir:

4.3.2.1. serão exigidos 10(dez) unidades de agulha + 10(dez) unidades de adaptador para o **item 1**, preferencialmente, todas pertencentes ao mesmo lote, para emissão do parecer técnico pela GTRIC;

4.3.2.2. serão exigidos 10(dez) unidades para o **item 2 e 3**, preferencialmente, todas pertencentes ao mesmo lote, para análise e emissão do parecer técnico pela GSAT;

4.3.2.3. serão exigidos 12(doze) unidades, preferencialmente, todas pertencentes ao mesmo lote, + certificado de análise do lote para o **item 5**, para análise e emissão do parecer técnico pela GSAT;

4.3.2.4. serão exigidas 07(sete) unidades de agulha para o **item 8**, preferencialmente, todas pertencentes ao mesmo lote, para emissão do parecer técnico pela DCQ;

4.3.2.5. Serão exigidas 06(seis) unidades para o **item 10 e 11**, preferencialmente, todas pertencentes ao mesmo lote, para emissão do parecer técnico pela DPDH;

4.3.2.6. Serão exigidos a apresentação de Prospecto/Folder/Ficha Técnica para os **itens 4, 6, 7 e 9**, para análise de compatibilidade de especificação do material ofertado pela Dmat;

4.3.3. As amostras poderão ser entregues no endereço SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF, no prazo limite de 5(cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3.4. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, *a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

4.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.3.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.3.6.1. **para o item 1:**

- Compatibilidade das especificações do material com as descritas no termo de referência;
- O dispositivo de segurança deve recobrir agulha impedindo que a mesma fique exposta;
- A válvula de segurança não deve permitir vazamento entre a troca de tubos de coleta;
- O adaptador de plástico deve permitir uma conexão segura e sem vazamentos.

4.3.6.2. **para o item 2 e 3:**

- Análise do corte do bisel; material da agulha e da cânula, flexibilidade da cânula, acionamento do dispositivo de segurança com apenas uma das mãos, sem esforço excessivo e sem permitir nova exposição da agulha, informações do material descritas na embalagem.

4.3.6.3. **para o item 5:**

- Capacidade e flexibilidade da câmara graduada, material constituinte, presença de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, integridade, gotejador microgotas, perfuração da lanceta de conexão, controlador de fluxo operante, embalagem com dados impressos e de abertura suave. O material deve apresentar registro na ANVISA.

4.3.6.4. **para o item 8:**

- Critérios de conformidade para Embalagem Primária: As embalagens que acondicionam as agulhas descartáveis e estéreis de uso único devem preencher os seguintes requisitos: - Bom estado de conservação, sem deformações, rasgos, manchas, vestígios de umidade e corpos estranhos; - Identificação externa; - Número do lote ou data de fabricação, nome do fabricante e validade descritos de forma individualizada para cada embalagem;
- Critérios de conformidade para Agulhas hipodérmicas: Não devem conter partículas e matérias estranhas por meio de verificação visual; Ausência de partículas e matérias estranhas no cone Luer do canhão; - Ausência de gotas de lubrificantes na superfície interna e externa da cânula por meio de inspeção visual normal; - Ausência de fiapos, rebarbas e deformações na ponta de agulha; - Comprimento, diâmetro interno e cor correspondente ao padrão especificado em referências normativas nacionais e internacionais aplicadas às agulhas hipodérmicas; - A conexão entre o canhão e a cânula não deve romper quando submetida a uma força definida na direção axial, comprimindo ou tracionando a agulha; - Não apresentar sinais de corrosão, através de verificação visual normal, após imersão em solução de cloreto de sódio 0,9% (salina) por no mínimo 24 Hs; - Não deve haver formação de bolhas de ar após a montagem cônica durante o ensaio de vazamento de ar.

4.3.6.5. **para o item 10 e 11:**

- Confecção em material especial que seja sensível à radiação gama de 25Gy;
- Informações quanto ao armazenamento e a sensibilidade à luz visível na parte externa da embalagem;

- c) As etiquetas serão testadas em procedimentos de irradiação no equipamento Gammacell 3000, específico para bolsas de sangue;
- d) Será observado a qualidade da adesividade da etiqueta para que a qualidade e a rastreabilidade sejam garantidas.

4.3.6.6. **para os itens 4, 6, 7 e 9:**

- a) Será verificada a compatibilidade das especificações do material ofertado com o solicitado no Edital de Licitação/Termo de Referência.

4.3.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.3.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.3.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.3.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10(dez) dias úteis, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.3.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.4. **Da vedação de contratação de marca/produto (Art. 41, III, da Lei nº 14.133/2021):**

4.4.1. Não haverá vedação de contratação de marca/produto para os itens deste certame.

4.5. **Da exigência de carta de solidariedade (Art. 41, IV, da Lei nº 14.133/2021):**

4.5.1. Não haverá exigência de carta de solidariedade para os itens deste certame.

4.6. **Da Subcontratação (Art. 122, da Lei nº 14.133/2021):**

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, por se tratar de aquisição de **insumos** prontos para o uso, sejam eles adquiridos do próprio fabricante ou, o que é mais comum, de empresa do ramo de comércio.

4.7. **Da Garantia (Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021):**

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.7.1.1. Considerando que a presente aquisição tem como forma de execução a manifestação do contratante no interesse em receber os materiais mediante emissão de nota de empenho, sendo condicionada à contratada a efetiva entrega dos materiais para fins de liquidação da despesa, sem gerar obrigação contínua e posterior, entendemos que, frente ao padrão de contratação almejada, nos termos previstos nos Art's. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021, não se faz necessária a apresentação de garantia contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ARTS. 6º, XXIII, "E" E 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/2021) E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, "G", DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. Para a pretensa aquisição, não será admitido o fornecimento dos materiais por mais de um Licitante por item, haja vista que diante do tipo e da criticidade dos materiais adquiridos, é necessário o mapeamento logístico adequado para controle de qualidade e melhor gestão dos insumos.

5.2. O prazo de entrega dos materiais é de **30(trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho, que deverá ser realizada em remessa única do quantitativo total empenhado, **preferencialmente, com todas unidades pertencentes ao mesmo lote.**

5.2.1. As solicitações para fornecimento e entrega dos insumos **serão de forma fracionada**, realizadas de acordo com a necessidade de reposição do estoque disponível e sua urgência para uso no âmbito da Fundação Hemocentro de Brasília.

5.2.2. A empresa contratada deverá remeter o pedido solicitado nos quantitativos descritos no empenho, **em remessa única, preferencialmente, com todas unidades pertencentes ao mesmo lote;**

5.2.3. Em caso de impossibilidade da entrega dos materiais pertencentes ao mesmo lote:

5.2.3.1. A contratada deverá solicitar à Fundação Hemocentro de Brasília, no prazo mínimo de **10(dez) dias úteis antes da data prevista**, a autorização para entrega em lotes diferentes, ficando facultada à contratante e sem custos, nos itens 1, 2, 3, 5, 8, 10 e 11, que requerem verificação de qualidade por entrega realizada, solicitar à contratada, o envio dos quantitativos de amostras extras por lotes, os quais não poderão ser contabilizadas no quantitativo total adquirido;

5.2.4. Em caso de impossibilidade de entrega dos materiais na data prevista:

5.2.4.1. A empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10(dez) dias úteis antes da data prevista**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do prazo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. A entrega dos materiais deverá ser realizada no seguinte endereço **Setor Médico Hospitalar Norte (SMHN), Quadra 03, Conjunto A, Bloco 03, Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70710-908, Fundação Hemocentro de Brasília, na Gerência de Material de Consumo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 17h;**

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente pela Gerência de Material de Consumo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 8 (**oito**) meses.

5.5.1. Em caso de impossibilidade da entrega dos materiais com validade igual ou superior a 08(oito) meses:

5.5.1.1. A empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10(dez) dias úteis antes da data prevista para entrega**, para que qualquer pleito de autorização de entrega com validade inferior ao previsto seja analisado, e deverá, também, emitir junto ao comunicado, Carta de Compromisso de Troca comprovando que não houve culpa do fornecedor no descumprimento do exigido, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **20(vinte) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7. O objeto da ARP será recebido (Art. 140, da Lei nº 14.133/2021):

5.7.1. provisoriamente, de forma sumária, pela Gerência de Material de Consumo, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências do edital de licitação;

5.7.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências do edital de licitação.

5.8. O objeto da ARP poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com a ARP.

- 5.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ARP, nos limites estabelecidos pela lei ou pela ARP.
- 5.10. Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto da ARP, exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.
- 5.11. A Gerência de Material de Consumo avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos neste Termo de Referência.
- 5.12. O Setor Requisitante avaliará a conformidade dos produtos entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento definitivo, por meio de relatório circunstanciado e atesto, verificando marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, entre outros, desde que definidos neste Termo de Referência.
- 5.13. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 20(vinte) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 5.14. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 5.15. Caso após o recebimento provisório constatar-se que os materiais possuem vícios aparentes ou redibitórios ou estão em desacordo com as especificações ou a proposta, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanado o problema;

6. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ART. 6º, XXIII, "F", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 6.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ARP em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ARP, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.4. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ARP (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.4.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.8. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e Distritais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- 6.9. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços deverá ser realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, setor demandante ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Fiscalização da ARP.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 7.1. Não se aplica.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, INCISO XXIII, "H", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.
- 8.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 8.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

9. VISTORIA (ART. 63, §5º 2º AO 4º, DA LEI Nº 14.133/21)

- 9.1. Não se aplica, por trata-se de aquisição de insumos, os quais não demandam a realização de vistoria.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ajuste.

11. LICITAÇÃO EXCLUSIVA

- 11.1. Em observância ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, ao art. 25, da Lei Distrital nº 4.611/2011 e ao Art. 7º, do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a presente licitação será destinada à participação exclusiva de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP e microempreendedores

individuais - MEI para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, e 9.

12. COTA RESERVADA

- 12.1. Em atendimento à LEI DISTRITAL nº 4.611/2011, o **item 10** foi subdividido em Cota Reservada (**itens 10 e 11**) para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;
- 12.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado (§ 4º art. 26 Lei nº 4.611/2011);
- 12.3. As entidades preferenciais poderão participar dos dois subitens, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere a Seção I, do direito de preferência e de saneamento (§ 2º, Art. 26, da Lei nº 4.611);
- 12.4. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral (§ 3º, Art. 8º, do Decreto 35.592/2014);

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1. São obrigações da contratante:
- 13.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 13.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.1.3. comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 13.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- 13.1.5. efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 13.1.6. publicar as súmulas dos contratos celebrados com particulares, conforme Lei 5.575/2015;
- 13.1.7. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 13.1.8. aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais após prévio procedimento administrativo, garantido previamente o direito à ampla defesa;
- 13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 14.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fornecedor, fabricante, lote e prazo de validade*;
- 14.1.2. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até **20(vinte) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, os objetos em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias;
- 14.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao DF ou à entidade distrital, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.1.4. comunicar à contratante, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.1.5. manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...;
- 14.1.7. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;
- 14.1.9. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 14.1.10. o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.1.11. os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução da Ata de Registro de Preços, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

15. PAGAMENTO (ART. 141, DA LEI Nº 14.133/2021)

- 15.1. No dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos:
- 15.1.1. fornecimento de bens;
- 15.1.2. locações;

- 15.1.3. prestação de serviços;
- 15.1.4. realização de obras.
- 15.2. A ordem cronológica referida no subitem anterior poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações:
 - 15.2.1. grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
 - 15.2.2. pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
 - 15.2.3. pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
 - 15.2.4. pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
 - 15.2.5. pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.
- 15.3. A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- 15.4. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.
- 15.5. Disposição expressa no edital ou no contrato poderá prever pagamento em conta vinculada ou pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador.
- 15.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento
- 15.7. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no [art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).
- 15.8. Para efeito de pagamento deverão ser verificados os documentos abaixo relacionados:
 - 15.8.1. prova de Regularidade junto à Fazenda Nacional (Débitos e Tributos Federais), à Dívida Ativa da União e junto à Seguridade Social (contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - 15.8.2. certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;
 - 15.8.3. certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;
 - 15.8.4. prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site www.fazenda.df.gov.br;
- 15.9. Para as comprovações elencadas no item acima, serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa;
- 15.10. Os documentos elencados no item 15.8.1 poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF;
- 15.11. A Nota Fiscal ou documento equivalente deverá ser emitida em nome da Fundação Hemocentro de Brasília, CNPJ: 86.743.457/0001-01 e conter:
 - 15.11.1. nome da empresa e CNPJ;
 - 15.11.2. destinatário: Fundação Hemocentro de Brasília e demais dados do contrato e do órgão contratante;
 - 15.11.3. número da Nota Fiscal ou documento equivalente;
 - 15.11.4. o prazo de validade do material (quando couber);
 - 15.11.5. a data da emissão;
 - 15.11.6. o valor a pagar; e
 - 15.11.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- 15.12. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item 15.11, não serão aceitas;
- 15.13. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, à exceção de empresas que sejam matriz e filial (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);
- 15.14. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, à exceção de empresas matriz e filial, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto);
- 15.15. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição;
- 15.16. Passados 30(trinta) dias corridos, sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016);
- 15.17. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;
- 15.18. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);
- 15.19. Os pagamentos, pela Fundação Hemocentro de Brasília, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto Distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011);
- 15.20. Excluem-se das disposições do item acima os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal; os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos; os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado;
- 15.21. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a conformidade do objeto do contrato;
- 15.22. Na emissão de Ordem Bancária - OB, quando o fornecedor ou contratado estiver em situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, a Justiça Trabalhista ou Fazenda Pública do Distrito Federal, a Gerência de Execução Orçamentária e Financeira deve noticiar a situação ao fiscal do contrato para as providências legais, antes de realizar o pagamento;

15.23. É vedado o pagamento, a qualquer título à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16. REAJUSTE (PARECER JURÍDICO N.º 616/2022 - PGDF/PGCONS)

16.1. Observado o interregno mínimo de um ano a partir da data limite para a apresentação da proposta, a **Ata de Registro de Preços** celebrada poderá ter seu valor anualmente reajustado, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121, publicado no DODF nº 31, de 17 de fevereiro de 2016), ou aquele que vier a substituí-lo, apurado durante o período;

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

16.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

16.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART'S. 155 A 163, DA LEI Nº 14.133/2021)

17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a Administração poderá aplicar à contratada as sanções previstas nos Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021;

17.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/adjudicatário;

17.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

17.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, "I", DA LEI Nº 14.133/2021)

18.1. A pesquisa de preços encontra-se vigente até 26/03/2024 e foi realizada conforme Planilha Estimativa (123360777);

18.2. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 206.603,90 (duzentos e seis mil seiscientos e três reais e noventa centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	399980	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	9.200	R\$ 0,80	R\$ 7.360,00
2	437178	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	4.200	R\$ 1,29	R\$ 5.418,00

3	441271	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterelização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	8.800	R\$ 2,01	R\$ 17.688,00
4	342909	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m², com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	3.200	R\$ 6,99	R\$ 22.368,00
5	610181	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote</p>	Unidade	4.610	R\$ 5,99	R\$ 27.613,90
6	428620	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	12.400	R\$ 0,07	R\$ 868,00
7	464147	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m², com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.</p>	Unidade	3.900	R\$ 0,28	R\$ 1.092,00
8	439804	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	3.600	R\$ 0,21	R\$ 756,00

9	439799	<p>LICITAÇÃO EXCLUSIVA</p> <p>AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p>	Unidade	1.600	R\$ 0,20	R\$ 320,00
10	362539	<p>AMPLA CONCORRÊNCIA</p> <p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.</p> <p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, número do lote e data de validade.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	5.400	R\$ 17,10	R\$ 92.340,00
11	362539	<p>Idem ao Item 10 – Cota reservada para ME/EPP em 25,00%</p> <p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy., para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.</p> <p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, número do lote e data de validade.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	1.800	R\$ 17,10	R\$ 30.780,00
TOTAL GERAL						R\$ 206.603,90

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, INCISO XXIII, "J", DA LEI Nº 14.133/2021)

- 19.1. Os recursos destinados ao atendimento da contratação estão previstos no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 2024, na classificação abaixo:
- 19.1.1. Fonte: 138 - RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
- 19.1.2. Programa de Trabalho: 10.303.6202.4009.0001 AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - FHB - DISTRITO FEDERAL
- 19.1.3. Elemento de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo
- 19.1.4. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Fundação Hemocentro de Brasília - PCA, o que pode ser consultado no endereço eletrônico <https://www.fhb.df.gov.br/licitacoes/>;

20. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 20.1. Por tratar-se de Ata de Registro de Preços os materiais serão solicitados conforme necessidade e demanda da FHB e serão pagos em até 30(trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela, conforme item DO PAGAMENTO deste Termo de Referência.

21. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 21.1. A aquisição obedecerá ao disposto:
- 21.1.1. LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 21.1.2. Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 - Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.
- 21.1.3. Parecer Referencial SEI-GDF n.º 45/2024 - PGDF/PGCONS - Contratação administrativa de aquisição de bens por meio do pregão eletrônico.
- 21.1.4. Demais normativos constantes no Instrumento Convocatório.

MAÍRA NUNES PEREIRA

Analista de atividades do Hemocentro - Farmacêutica
Diretoria de Materiais/UNIGEA/PR/FHB/DF
Matrícula: 1697323-2

TIAGO PADRE

Gerente
Gerência de Materiais de Consumo/DMAT/UNIGEA/PR/FHB/DF
Matrícula: 1690404-4

De acordo,

Layane Pêgo de Sousa Dib

Diretora

Diretoria de Materiais/UNIGEA/PR/FHB-DF

Matrícula: 1712380-1

Nos termos da Instrução Normativa Nº 183, de 31 de maio de 2023, publicada na página 6, do DODF Nº 103, de 1 de junho de 2023, documento (127222934), **aprovo** este Termo de Referência considerando que compete à Fundação Hemocentro de Brasília realizar suprimento e gestão dos insumos utilizados nas atividades hemoterápicas e transfusionais na hemorrede pública do Distrito Federal, nos termos do art. 1º, § 1º, inciso VIII, do Decreto nº 43.477, de 24 de junho de 2022 e que a aquisição dos insumos constantes deste Termo de Referência são necessários ao cumprimento da atividade-fim do Hemocentro no denominado ciclo do sangue e seus derivados, consoante determinado pela Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, e que o desabastecimento pode trazer prejuízos às atividades hemoterápicas e transfusionais na hemorrede pública do Distrito Federal.

PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO

Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional/PR/FHB-DF

Chefe

Matrícula: 1705245-9

ANEXOS

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília
Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional
Diretoria de Materiais

Estudo Técnico Preliminar - FHB-DF/PR/UNIGEA/DMAT

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
COMPRAS: MATERIAIS DE CONSUMO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)
 - 1.1. Os materiais solicitados para esta aquisição são necessários ao cumprimento da atividade-fim do Hemocentro denominado ciclo do sangue e seus derivados, consoante determinado pela Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001 de insumos adquiridos regularmente na Fundação Hemocentro de Brasília e sua aquisição é fundamental para garantir serviços prestados pela FHB ao sistema de saúde do Distrito Federal.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (ART. 18, § 1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)
 - 2.1. Esta contratação está alinhada aos planos instituídos pela FHB, tais como:
 - 2.1.1. Plano de Contingência para Manutenção do Estoque de Sangue da FHB (inclusive em casos de desastre)
 - 2.1.2. A contratação ainda não está prevista no Plano Contratação Anual da Fundação Hemocentro de Brasília para 2024, uma vez que o instrumento ainda não foi elaborado para o exercício 2024;
 - 2.1.3. Lei Orçamentária Anual de 2024
 - 2.1.3.1. Fonte: 138 - RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
 - 2.1.3.2. Programa de Trabalho: 10.303.6202.4009.0001 AQUISIÇÃO DE INSUMOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR - DISTRITO FEDERAL
 - 2.1.3.3. Elemento de Despesa: 33.90.30 - Material de Consumo

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, III, DA LEI Nº 14.133/2021)
 - 3.1. Os requisitos necessários ao atendimento das necessidades da Fundação Hemocentro de Brasília são os seguintes:
 - 3.1.1. Os itens deverão atender às especificações e exigências descritas no item 7 deste Estudo Técnico Preliminar;
 - 3.1.2. Os materiais deverão apresentar **validade mínima de 08 (oito) meses** na data de entrega na FHB;
 - 3.1.3. Na fase de lances do Pregão a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar o Prospecto Técnico para possibilitar a análise da compatibilidade do material ofertado com o solicitado no Edital de Licitação;
 - 3.2. A contratada deverá atender, durante a execução do contrato, aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, devendo ser observados os critérios ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
 - 3.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A AQUISIÇÃO (ART. 18, § 1º, IV, DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. O quantitativo solicitado dos insumos objeto dessa aquisição visam suprir a demanda da Fundação T de Brasília pelo período de 12 meses.

4.2. A estimativa do quantitativo total a ser adquirido e a análise da adequação das especificações dos materiais foram realizadas por meio de consulta aos setores usuários dos insumos que são objeto desta aquisição. Os setores usuários apresentaram o consumo médio dos últimos 6 meses como parâmetro para previsão de consumo, e as previsões de consumo que apresentaram variação maior que 25% em relação ao consumo médio dos últimos 6 meses foram devidamente justificadas, conforme processos anexos.

4.3. Os quantitativos informados, as especificações, os critérios de análise, e as justificativas apresentadas pelos setores usuários, foram aprovadas pela Unidade Técnica (Unitec) da Fundação Hemocentro de Brasília (114444765) para a aquisição de insumos que visam atender às demandas das áreas finalísticas da FHB subordinadas à Unitec.

4.4. A quantidade total a ser adquirida de cada item foi obtida por meio da soma dos consumos informados pelos setores e multiplicação do valor por 12 (doze), com adequação da quantidade total a ser adquirida a depender da disponibilidade do item.

Material	Processo anexo	Setores com variação maior que 25%	Quantidade mensal*	Quantidade total (Quantidade mensal x 12)
AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR	00063-00002684/2023-81	GCOL 112476842	634 unidades	9.200
CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G	00063-00003318/2023-49	NÃO SE APLICA	291 unidades	4.200
CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G	00063-00003320/2023-18	GCOL 113304394	610 unidades	8.800
JALECO DESCARTÁVEL	00063-00003321/2023-62	GQUALI 113306741 CPC (GLABE) 113399261 DLAB 113488333 DPDH 113515418 GLABE 113399261 GSUT 113447081 ODONTO 114042136	221,5 unidades	3.200
EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML	00063-00003322/2023-15	NÃO SE APLICA	320 unidades	4.610
TOUCA DESCARTÁVEL	00063-00003326/2023-95	DIAMB 114045985 GSUT 113446047	858,33 unidades	12.400
SAPATILHA DESCARTÁVEL	00063-00003325/2023-41	CPC (GLABE) 113576761 DPDH 113517554 DCQ 113513713 GSUT 113445668	270 unidades	3.900

AGULHA 25 X 8	00063- 00002682/2023- 91	DCQ 112447922 DIAMB 114199348	250 unidades	3.600
---------------	--------------------------------	----------------------------------	--------------	-------

AGULHA 40 X12	00063- 00003332/2023- 42	CPC (GLABE) 113553981 GCOL 113342667 DIAMB 114200645	105 unidades	1.600
ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO	00063- 00003323/2023- 51	NÃO SE APLICA	500 unidades	7.200

*O consumo mensal foi estabelecido pelo somatório dos consumos dos setores usuários.

**O Quantitativo anual foi estabelecido pela multiplicação do consumo mensal x o período de 12 meses + a margem de segur para garantir o abastecimento dos itens na Fundação Hemocentro de Brasília. O valor final foi arredondado para viabilizar a disponibilização dos itens de acordo com a apresentação nas embalagens de fornecimento.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (ART. 18, § 1º, V, DA LEI Nº 14.133/2021)

5.1. Os fornecedores listados neste Estudo Técnico Preliminar referem-se as compras praticadas por difer junto a esta Fundação Hemocentro de Brasília em momentos anteriores, objetiva identificar a existência de novas m tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

ITEM	DESCRIÇÃO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS OU CONTRATO / INSTITUIÇÃO	FORNECE
1	<p>AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	ATA 07/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	E.R. TRIN
2	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>ATA 41/2017 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA</p> <p>ATA 32/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA</p> <p>ATA 09/2021 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA</p>	<p>PROVIDEI</p> <p>TERRAFAI HOSPITAL</p> <p>RAPHAEL RODRIGU SILVA</p>

3	CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel	ATA 41/2017 / FUNDAÇÃO	PROVIDE
---	--	---------------------------	---------

	<p>trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterelização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	
		ATA 52/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	START HOSPITAL
		Contrato n° 39/2021- / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	TERRAFAL HOSPITAL
4	<p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m², com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	ATA 15/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	Protector e com produtos hospitalares
		ATA 42/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	COMERCIAL PROMOS CONFECÇÃO EIRELI
		CONTRATO N° 58/2021	MASTER
5	<p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote Unidade de fornecimento: unidade</p>	ATA 02/2018 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	APOLLO MEDICO HOSPITAL - ME,
		ATA 36/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	CM HOSP
		ATA 53/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	TOPNUTRI COMERCIAL MATERIA MEDICOS HOSPITAL
6	<p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	ATA 22/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	N3 DISTR
		ATA 001/2010 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	PROVIDENCIA PRODUTOS

AIA 9014/2019 / SEEC/GDF	PRODUTOS HOSPITAL SANEANTES
-----------------------------	-----------------------------------

		ATA 50/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	ME SOLUCOE COMERCI
7	SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m ² , com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca. Unidade de fornecimento: unidade	ATA 17/2017 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	Tommedl Nutrição Produtos Hospitala
		ATA 22/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	N3 DISTR
		CONTRATO Nº 059/2021 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	START HOSPITAL
8	AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno. O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade	ATA 16/2017 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	Plantão C Represen EIRELI EP
		ATA 54/2017 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	BIOSUL
		ATA 13/2019 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	Bioplasm para labo correlato
		PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	Bioplasm para labo correlato
		ATA 35/2021 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	START HOSPITAL
9	AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno. O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade	ATA 54/2017 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	BIOSUL

10

ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy, para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.

ATA 57/2017 /
FUNDAÇÃO
HEMOCENTRO DE
BRASÍLIA

ETIQUETA

<p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p> <p>Deve conter na parte externa da embalagem informações claras sobre seu armazenamento e se a etiqueta é sensível a luz visível (UV e infravermelho).</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	ATA 23/2018 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	CEI EXPORTA DE MAT LTDA,
	ATA 09/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	CARLA DI CORREA I
	ATA 10/2020 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	CINCO CONFIAN INDUSTRI COMERCI
	ATA 31/2021 / FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA	HIGH TEK REPREESEI EIRELI

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VI, DA LEI Nº 14.133/2021)

6.1. Os insumos a serem adquiridos são descritos para que a contratação produza resultados preter Administração:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO
1	399980	AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único, transparente, não estéril, capaz de garantir conexão segura e sem vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.	Unidade	9.200 unidades	R\$ 0,80

		O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade			
--	--	--	--	--	--

2	437178	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	4.200 unidades	R\$ 1,29
3	441271	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterilização.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	8.800 unidades	R\$ 2,01
4	342909	<p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m2, com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de</p>	Unidade	3.200 unidades	R\$ 6,99

com 4 botões, dois botões, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M.

O material deverá apresentar registro na ANVISA.

		Unidade de fornecimento: unidade			
5	389492	<p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante com tampa para conexão ao recipiente do hemocomponente, Câmara flexível para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	4.610 unidades	R\$ 5,99
6	428620	<p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	12.400 unidades	R\$ 0,07
7	464147	<p>SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m², com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura</p>	Unidade	3.900 unidades	R\$ 0,28

permissão para ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.

		Unidade de fornecimento: unidade			
8	439804	<p>AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	3.600 unidades	R\$ 0,21
9	439799	<p>AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	1.600 unidades	R\$ 0,20
10	362539	<p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy, para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.</p> <p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p> <p>Deve conter na parte externa da embalagem informações claras sobre seu armazenamento e se a etiqueta é sensível a luz visível (UV e infravermelho).</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	Unidade	7.200 unidades	R\$ 17,10

TOTAL GERAL

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 18, § 1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

7.1. Trata-se de aquisição de insumos para suprir a necessidade das áreas técnicas da Fundação Hem Brasília pelo período de 12 (doze) meses;

7.2. Deverão ser fornecidos os itens conforme descrito abaixo:

Item	Especificação	Setores usuários	Consumo Médio Mensal Estimado	Consumo anual (x12)	Margem de segurança e Manutenção de estoque (x20%)	Quantidade a ser adquirida (Consumo anual + Margem de segurança e Manutenção de estoque)*	Amo Criti Emi: Pare
1	AGULHA 21 G À VÁCUO COM ADAPTADOR - agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; calibre 25 x 8 (21 G x 1"); para coleta múltipla para uso em sistemas fechados de coleta a vácuo com dispositivo de segurança; contendo corpo de paredes finas em aço inox, bisel trifacetado, afiado, sem rebarbas, sem resíduos ou sinais de oxidação. Deve conter capa protetora de plástico rígido; válvula de segurança em látex protegida por capa protetora de plástico rígido, com etiqueta selando as duas capas uma na outra, identificada com o nome do fabricante, calibre da agulha, número do lote e data de validade. Para cada agulha deverá ser fornecido um adaptador de plástico de uso único.	GSAT DIAMB GCOL GTRIC	634 unidades	7.608 unidades	1.521,6 unidades	9.200 unidades	Criti aná 1) Cor das esp do r as (tern refe 2) C de devi agul imp a m exp 3) A segt devi vaza entr tub 4) C de p per con e vaza Amo 10 agul unic ada

único,
transparente, não
estéril, capaz de
garantir conexão
segura e sem

finan
aná
5 di

	<p>vazamento. O dispositivo de segurança deverá estar presente na agulha ou no adaptador de plástico.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>						
2	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 20 G - Catéter intravenoso, tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração. Uso periférico. Calibre 20 G, cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo. Tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005. Informações adicionais: agulha em aço inox, bisel trifacetado. Embalagem papel cirúrgico com dados</p>	GSAT GCOL	291 unidades	3.492 unidades	698,40 unidades	4.200 unidades	<p>Crit aná</p> <p>Aná do mat agul cân flexi cân acio disp segt ape mãc esfo exce per expe agul info mat desc emb</p> <p>Amo 10 u</p> <p>Praz final aná 5 di</p>

de identificação,
data, procedência,
tipo e validade da
esterilização.

	<p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>						
3	<p>CATÉTER INTRAVENOSO COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA 24 G - Catéter intravenoso tipo jelco, estéril, descartável, para punção de média duração, uso periférico, calibre 24 G, com agulha em aço inox e bisel trifacetado, com cânula externa siliconizada, confeccionado em teflon ou poliuretano, com parede fina, radiopaco, flexível, resistente a torção, atóxico, com câmara transparente de refluxo sanguíneo, com tampa protetora do conjunto agulha e catéter dotada de dispositivo de segurança que recobre a agulha após punção, não permitindo reutilização e promovendo segurança ao procedimento de coleta e descarte, atendendo NR32, publicada no DOU de 16/11/2005; em embalagem de papel cirúrgico com dados de identificação, data, procedência, tipo e validade da esterelização.</p> <p>O material deverá apresentar registro</p>	GSAT GCOL	610 unidades	7.320 unidades	1.464 unidades	8.800 unidades	<p>Crit aná</p> <p>Aná do mat agul cân flexi cân acio disp segt apei mãc esfo exce perr exp agul info mat desc emt</p> <p>Amo 10 u</p> <p>Praz fin aná</p> <p>5 di</p>

	apresentar registro na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade					
--	---	--	--	--	--	--

4	<p>JALECO DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), cor branca, gramatura mínima de 50g/m2, com gola padre, manga longa, fechamento com 4 botões, dois bolsos, punho de malha com espessura mínima de 4 cm, tamanho M.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	<p>GSAT GQUALI CPC (GLABE) DIAMB DLAB DPDH DCQ GCOL GLABE GSUT GSN ODONTO</p>	221,5 unidades	2.658 unidade	531,60 unidades	3.200 unidades	Não
5	<p>EQUIPO PARA INFUSÃO DE SANGUE COM CONTROLE DE FLUXO E CÂMARA GRADUADA EM ML COM CAPACIDADE DE 150 ML - para infusão de sangue e hemocomponentes com controle de fluxo e câmara (bureta) graduada em mL, com capacidade de 150 mL, material de PVC cristal, estéril, descartável, livre de pirógenos, dotada de filtro de sangue para retenção de coágulos e agregados, entrada de ar com filtro hidrófobo bacteriológico na tampa da câmara (bureta) permitindo a troca de fluidos (ar) em sistema fechado, evitando a contaminação com sistema de infusão, em sistema fechado na câmara graduada, com extensão em PVC. Composto de lanceta perfurante</p>	GSAT	320 unidades	3.840 unidades	768 unidades	4.610 unidades	<p>Crit aná</p> <p>Cap: flexi câm grac mat con: pres filtra para de agre inte gote micr perf lanc con: con: fluxo emb com imp abe O m apre regi: ANV</p> <p>Amo 12 cert aná</p> <p>Praz fin</p>

com tampa para
conexão ao
recipiente do
hemocomponente,
Câmara flexível

ma
aná
10 c

	<p>para visualização e controle de gotejamento com gotejador microgotas que gere redução na luz do gotejamento gerando microgotas (60 microgotas = 1mL) para fluxos menores de infusão destinado a infusão em pacientes pediátricos e recém-nascidos, controlador de fluxo (gotejamento) tipo pinça rolete e conexão luer para dispositivo de acesso venoso. Embalagem tipo blister de papel grau cirúrgico e filme transparente de abertura suave e impressos na embalagem data de validade e registro.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Junto a cada entrega deverá ser encaminhado certificado de análise do lote</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>						
6	<p>TOUCA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), formato anatômico, com elástico para ajuste na cabeça, gramatura mínima de 30g/m², hipoalergênico, descartável, cor branca, azul ou verde.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de</p>	<p>GSAT CPC (GLABE) DIAMB DCQ (LCQI) GSUT NSHMT</p>	858,33 unidades	10.299,96 unidades	2.060 unidades	12.400 unidades	Não

fornecimento:								
unidade								

7	<p>SAPATILHA DESCARTÁVEL - em falso tecido (TNT polipropileno), antiderrapante; gramatura mínima de 30g/m², com acabamento elástico, permitindo bom ajuste e cobertura completa do calçado até o tornozelo; tamanho único com aproximadamente 35 cm de comprimento por 18 cm de altura; cor azul, verde ou branca.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	CPC (GLABE) DPDH DCQ (LCQI) GSUT	270 unidades	3.240 unidades	648 unidades	3.900 unidades	Não
8	<p>AGULHA 25 x 8 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirogênica; tamanho 25 x 8 (21 G x 1") com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer-lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro na ANVISA.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	DCQ DIAMB	250 unidades	3.000 unidades	600 unidades	3.600 unidades	Criti aná Criti cont para Emk Prim As que acoi as des esté únic pre segu requ Bon con sem defc rasg mar vest umi corp estr lder exte Nún ou fabr nor fabr valic des

							por 24 devi forn bolt apó: mor côni o vaza ar.
							Amo 07 unic agul lote com rem
							Praz final aná 5 di:
9	<p>AGULHA 40 X12 - Agulha descartável, estéril, atóxica e apirrogênica; tamanho 40 x 12 (18 G x 1 1/2"); com cânula siliconizada com paredes finas, bisel trifacetado, em aço cromo níquel; com encaixe adaptado para seringas com bico em rosca (luer- lock); com canhão em polipropileno, cor de acordo com padrão nacional e capa protetora em plástico PVC; embalada individualmente, tipo blister, em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno, com abertura em pétala, unilateral; esterilizada em óxido de etileno.</p> <p>O material deverá apresentar registro</p>	CPC (GLABE) DIAMB GCOL	105 unidades	1.260 unidades	252 unidades	1.600 unidades	Não

	na ANVISA. Unidade de fornecimento: unidade					
--	--	--	--	--	--	--

10	<p>ETIQUETA DE INDICAÇÃO DE IRRADIAÇÃO – em filme especial sensível a irradiação gama de 25Gy, para controle do processo de irradiação de bolsas de sangue e/ou hemocomponentes.</p> <p>Deve conter local para: data, tempo, ID do usuário, código de barras, numero do lote e data de validade.</p> <p>Deve conter na parte externa da embalagem informações claras sobre seu armazenamento e se a etiqueta é sensível a luz visível (UV e infravermelho).</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade</p>	DPDH	500 unidades	6.000 unidades	1.200 unidades	7.200 unidades	<p>Crit aná</p> <p>Con mat espe seja radi de 2</p> <p>Info qua arm e sens luz part da e</p> <p>As serã em proc de i equi Garr 300 para sang</p> <p>Serã a q ade: eti que e rast seja gara</p> <p>Am 6 un</p> <p>Praz fin aná 5 di:</p>
----	---	------	--------------	----------------	----------------	----------------	--

*O valor final foi arredondado para viabilizar o fornecimento dos itens de acordo com a apresentação nas embalagens de fornecimento.

7.3. O prazo de entrega dos materiais é de 30 dias, contados a partir do recebimento da nota de em remessa única;

7.4. Os materiais serão solicitados conforme necessidade e demanda da FHB, pois será adotado o sistema de preços, nos termos do art. 190, inciso IV, do Decreto Distrital Nº 44.330, de 16 de março de 2023.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 18, § 1º, VIII, DA LEI Nº 14.1

8.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade

possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

8.2. Conforme características do objeto deste instrumento, o parcelamento mostra-se ser técnica e economicamente viável, não haverá perda de escala e haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

9. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 18, § 1º, IX, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 9.1. Esta aquisição visa garantir a manutenção dos estoques de materiais técnicos utilizados na FHB de forma a não comprometer as atividades-fim do Hemocentro no denominado ciclo do sangue e seus derivados, e os serviços prestados pela FHB ao sistema de saúde do Distrito Federal.
10. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ART. 18, § 1º, X, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 10.1. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:
- 10.1.1. Não são necessárias adequações do ambiente da Fundação Hemocentro de Brasília para que a contratação produza seus efeitos.
- 10.1.2. Ressalta-se que a FHB possui corpo técnico adequado para exercer as atividades inerentes à fiscalização contratual, não sendo necessária alocação de pessoal adicional para essa finalidade.
11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 18, § 1º, XI, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 11.1. Para a contratação objeto deste instrumento, não serão necessárias outras contratações para atendimento da necessidade da Fundação Hemocentro de Brasília.
12. **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 12.1. Esta contratação deverá seguir integralmente o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Fundação Hemocentro de Brasília - PGRSS, destinado a nortear todas as ações de gerenciamento de resíduos da Fundação, descrevendo ações relativas ao manejo de resíduos, observadas suas características no âmbito do estabelecimento, contemplando os aspectos de geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final, bem como a proteção à saúde pública e ao meio ambiente.
13. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (ART. 18, § 1º, XIII, DA LEI Nº 14.133/2021)**
- 13.1. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da aquisição/contratação para o atendimento da necessidade a que se destina:
- 13.1.1. Consoante elementos dispostos neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, declaramos que a contratação objeto deste Estudo é viável e é adequada ao atendimento da necessidade a que se destina.

Elaborado por	Revisado por
<p>Maíra Nunes Pereira Analista de Atividade do Hemocentro - Farmacêutica Matrícula: 1697323-2 Dmat/Unigea/PR/FHB/DF</p> <p>Tiago Padre Gerente de Materiais de Consumo/Dmat/Unigea/PR/FHB/DF Matrícula: 1690404-4</p>	<p>Layane Pêgo de Sousa Dib Matrícula: 1682299-4 Diretora de Materiais/Unigea/PR/FHB/DF</p>

APROVO este Estudo Técnico Preliminar e os dados dele.

PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO

Matrícula: 1705245-9

Chefe

Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional/PR/FHB-DF



Documento assinado eletronicamente por **LAYANE PEGO DE SOUSA DIB - Matr.1712380-1, Diretor(a) de Materiais**, em 16/10/2023, às 14:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAIRA NUNES PEREIRA - Matr.1697323-2, Analista de Atividades do Hemocentro**, em 16/10/2023, às 15:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO - Matr.1705245-9, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional**, em 16/10/2023, às 16:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PADRE - Matr.1690404-4, Gerente de Materiais de Consumo**, em 17/10/2023, às 07:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=124602790)
verificador= **124602790** código CRC= **A73B9B98**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 3327-4448
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>



Documento assinado eletronicamente por **LAYANE PEGO DE SOUSA DIB - Matr.1712380-1, Diretor(a) de Materiais**, em 30/01/2024, às 15:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **MAIRA NUNES PEREIRA - Matr.1697323-2, Analista de Atividades do Hemocentro**, em 30/01/2024, às 16:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO CRISTIANO DE CASTRO CHICHERCHIO - Matr.1705245-9, Chefe da Unidade de Gestão Estratégica e Apoio Operacional**, em 30/01/2024, às 16:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PADRE - Matr.1690404-4, Gerente de Materiais de Consumo**, em 31/01/2024, às 10:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=132361377)
verificador= **132361377** código CRC= **25D842EC**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2939
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>



Governo do Distrito Federal
Fundação Hemocentro de Brasília
Unidade Administrativa e Financeira
Diretoria de Compras

Ata de Registro de Preços n.º Minuta

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º: ____/20__

PROCESSO n.º: 00063-00003401/2023-18.

PREGÃO n.º: ____/20__

VALIDADE: ____ (____) meses, a partir da publicação no DODF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, na Fundação Hemocentro de Brasília, doravante denominado (FHB), localizada no Setor Médico Hospitalar Norte – Quadra 03, Conj. “A”, Bloco 03, Brasília/DF, o Presidente da Fundação Hemocentro de Brasília, **OSNEI OKUMOTO**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica n.º ____/2023, Processo SEI n.º ____, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. CLÁUSULA I - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de _____, especificado(s) no Termo de Referência, ANEXO I do edital de Licitação n.º que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I do Edital e nesta Ata de Registro de Preços, podendo a Administração promover a aquisição ou contratação em Unidades de acordo com suas necessidades.

2. CLÁUSULA II - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO (se exigido no Edital)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	PRAZO (garantia ou validade)

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. CLÁUSULA III - DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá à FHB, a quem compete a prática de todos os atos de controle e administração deste registro de preços, de acordo com as disposições contidas no Art. 192 do Decreto Distrital 44.330/2023.

4. CLÁUSULA IV - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.7. Dos limites para as adesões:

4.7.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.7.3. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7. (se for o caso)*

4.7.4. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de

programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. CLÁUSULA V - VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.7.2. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.18, observando o item 5.18 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.14.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital poderá:

- 5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 5.14. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.14.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.14.2. mantiverem sua proposta original.
- 5.15. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.16. O registro a que se refere o item 5.8. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.17. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.18. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 5.9.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.18.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.18.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

6. CLÁUSULA VI - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser atualizados periodicamente, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 6.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, os preços poderão ser alterados, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a revisão do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 6.5.1. a possibilidade da revisão dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 6.5.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de

preços e da Administração Pública;

6.5.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.6. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei.

6.8. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.9. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.10. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.11. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço atualizado.

6.12. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços estimados para a contratação atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

6.13. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do subitem anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

6.13.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

6.13.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. CLÁUSULA VII - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

- 7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.8. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13.
- 7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA VII - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1. for liberado pela Administração Pública;
 - 8.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - 8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - 8.1.4. sofrer sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração;
- 8.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
- 8.2.1. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrados;
 - 8.2.2. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O fornecedor ou prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da notificação.

9. CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CLÁUSULA XX - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. As contratações decorrente da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de Nota de Empenho, conforme condições estabelecidas em edital.

11. CLÁUSULA XI - CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em _____ vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

11.4. E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, depois de lido, conferido e achado conforme vai assinada a presente ata, pelas partes, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília-DF, xx de xxxxxx de 20xx.

Documento assinado eletronicamente por OSNEI OKUMOTO FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA Presidente	Documento assinado eletronicamente por xxx (representante) xxx (empresa) Representante Legal do Fornecedor
--	---



Documento assinado eletronicamente por **WANESSA SOTTER DE FREITAS - Matr.1710655-9, Diretor(a) de Compras**, em 23/02/2024, às 17:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=134218584)
verificador= **134218584** código CRC= **0332C3DE**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SMHN Q 3 Conj A - Bloco 3 - Bairro Asa Norte - CEP 70.710-908 - DF
Telefone(s): 61 3020-2915
Sítio - <http://www.hemocentro.df.gov.br/>